

Entenda o caso

Ação pede que não haja metas de universalização nos contratos de telefonia fixa

O pedido na Ação Civil Pública movida pela PRO TESTE em abril de 2008, é para que não se incluam mais quaisquer metas de universalização nos contratos de telefonia fixa, pois já há infraestrutura de rede em 100% das localidades brasileiras, capazes de ofertar o serviço para qualquer cidadão brasileiro.

Sem metas de universalização a serem suportadas pela tarifa, será possível reduzir o valor da assinatura básica. Apesar de a infraestrutura da telefonia fixa ter sido universalizada, o acesso ao serviço não foi. A tarifa de R\$ 40,00, por 200 minutos, impede a contratação em massa desse serviço essencial. Apenas 34% dos lares brasileiros têm telefone fixo, depois de 10 anos de privatização.

Foi por força do debate levantado pela PRO TESTE, relativo à essencialidade da rede *backhaul* - rede de suporte para o serviço de comunicação de dados, para o serviço de telefonia fixa, que o tema passou a ser discutido pela sociedade. Com a liminar proferida pela 6ª Vara Federal de Brasília, concedida em 14 de novembro de 2008, a Associação conseguiu garantir que esta rede será submetida ao regime público, protegendo o patrimônio público.

A garantia da reversibilidade das redes IP de alta velocidade - o backhaul - estava estabelecida na minuta dos aditivos definidas após a consulta pública 842/2007. Porém, na véspera da assinatura e sem qualquer publicidade, a cláusula terceira foi excluída pelo Conselho Diretor da agência e os aditivos foram assinados sem a previsão de reversibilidade em 8 de abril de 2008. A retirada da cláusula foi descoberta pela representante das entidades de defesa do consumidor do Conselho Consultivo da Anatel.

Também as concessionárias mudaram o discurso anterior à liminar de que o backhaul não é essencial para a telefonia fixa e, por isso, era irreversível. Passaram a se manifestar publicamente e por meio das petições na ação civil pública no sentido de que, por se tratar de meta de universalização, o backhaul é reversível.

Para a PRO TESTE, o caminho adotado pelo Ministério das Comunicações e a Anatel – de conferir às concessionárias condições para implantar a rede de banda larga - fará com que as essas empresas, que já concentram a oferta do serviço de telefonia fixa, se mantenham dominando também o mercado de banda larga.

A atual situação de oligopólio da telefonia fixa e banda larga se intensificará e o Brasil continuará com a marca do pior serviço de banda larga com os maiores preços do planeta. Hoje estes serviços estão nas mãos apenas da Oi (que hoje controla a Brasil Telecom e atua em 97% do território nacional), da Telefonica e da Embratel.

A Associação defende, então, o fim das metas de universalização nos contratos de concessão, porque a infraestrutura já está pronta e para que haja redução no valor da assinatura básica. Com essa medida, a entidade considera que se viabilizam as condições para que um maior número de cidadãos brasileiros possam ter acesso ao único serviço prestado em regime público. Pela proposta, a assinatura básica cairia para R\$ 14, com franquia para todas as chamadas locais.